

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº 763

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA PARA O EXERCÍCIO DE 1998.

MAURO JONCK, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento da Prefeitura Municipal de Angelina para o exercício de 1998, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 2.198.500,00 (dois milhões, cento e noventa e oito mil e quinhentos reais), a preços de agosto de 1997.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

1. <u>RECEITAS CORRENTES</u>	R\$ 1.867.500,00_
1.1 Receita Tributária	R\$ 125.000,00
1.2 Receita Patrimonial	R\$ 10.000,00
1.3 Receita Agropecuária	R\$ 8.000,00
1.4 Receita de Serviços	R\$ 11.000,00
1.5 Transferências Correntes	R\$ 1.694.500,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$ 19.000,00
2. <u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	R\$ 331.000,00
2.1 Operações de Crédito	R\$ 45.000,00
2.2 Alienação de Bens	R\$ 30.000,00
2.3 Transferências de Capital	R\$ 255.000,00
2.4 Outras Receitas de Capital	R\$ 1.000,00
T O T A L	R\$ 2.198.500,00

Art. 3º - A Despesa será realizada em conformidade com os anexos integrantes desta Lei, por órgãos, funções, programas, sub-programas, projetos, atividades e elementos de despesa, distribuídos da seguinte maneira:

1. <u>DESPESAS POR ÓRGÃOS</u>	
01 - Câmara de Vereadores	R\$ 61.000,00
02 - Gabinete do Prefeito	R\$ 124.700,00

03 - Secr. Administ.Finanças	R\$	156.000,00
04 - Secr. Educ.Cultura e Desporto	R\$	708.330,00
05 - Secr. Saúde e Assist. Social	R\$	161.300,00
06 - Secr. Transp.Obras Serv.Pub	R\$	698.700,00
07 - Secr. Agric.Meio Amb. Ind. Comércio e Turismo	R\$	96.400,00
08 - Encargos Gerais	R\$	154.500,00
09 - Reserva de Contingência	R\$	37.570,00
T O T A L	R\$	2.198.500,00

2. DESPESAS POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$	61.000,00
03 - Administração Planejamento	R\$	352.700,00
04 - Agricultura	R\$	96.400,00
05 - Comunicações	R\$	6.000,00
07 - Desenvolvimento Regional	R\$	13.500,00
08 - Educação e Cultura	R\$	708.330,00
10 - Habitação Urbanismo	R\$	95.500,00
13 - Saúde Saneamento	R\$	120.300,00
15 - Assistência Previdência	R\$	106.000,00
16 - Transportes	R\$	601.200,00
99 - Reserva de Contingência	R\$	37.570,00
T O T A L	R\$	2.198.500,00

3. DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R\$	1.609.930,00
Despesas de Custeio	R\$	1.262.400,00
Pessoal	R\$	727.200,00
Material de Consumo	R\$	258.000,00
Serviços Terceiros e Encargos	R\$	267.200,00
Diversas Despesas de Custeio	R\$	10.000,00
Tranferências Correntes	R\$	347.530,00
Transf. Intragovernamentais	R\$	20.000,00
Transf. Integovernamentais	R\$	196.000,00
Transf. a Instituições Priv.	R\$	32.700,00
Transferências a Pessoas	R\$	54.830,00
Encargos da Dívida Interna	R\$	30.000,00
Cont.Form.Pat.Serv.Pub-PASEP	R\$	14.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	551.000,00
Investimentos	R\$	499.000,00
Obras e Instalações	R\$	312.000,00
Equipamentos Mat. Permanente	R\$	187.000,00
Inversões Financeiras	R\$	10.000,00
Aquisição Mat.p/ Revenda	R\$	5.000,00
Const.Aum.Cap.Emp.Com.ou Financ.	R\$	5.000,00

Transferências de Capital	R\$	42.000,00
Amortização da Dívida Interna	R\$	42.000,00
Reserva de Contingência	R\$	37.570,00
T O T A L	R\$	2.198.500,00

Art. 4º - O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 1998, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), de acordo com a seguinte composição:

1. <u>RECEITAS CORRENTES</u>	R\$	31.500,00
1.1 Receita Patrimonial	R\$	500,00
1.2 Transferências Correntes	R\$	31.000,00
2. <u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	R\$	1.500,00
2.1 Transferências de Capital	R\$	1.500,00
T O T A L	R\$	33.000,00

A nível de elemento, a despesa orçada para o exercício de 1998, está assim composta:

1. DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R\$	30.500,00
Despesas de Custeio	R\$	18.000,00
Pessoal	R\$	500,00
Material de Consumo	R\$	14.000,00
Serviços Terceiros e Encargos	R\$	3.500,00
Transferências Correntes	R\$	12.500,00
Transferência a Inst. Privadas	R\$	12.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	500,00
Investimentos	R\$	500,00
Equip. Material Permanente	R\$	500,00
Reserva de Contingência	R\$	2.000,00
T O T A L	R\$	33.000,00

Art. 5º - O Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 1998, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), de acordo com a seguinte composição:

1. <u>RECEITAS CORRENTES</u>	R\$	48.000,00
1.1 Receita Patrimonial	R\$	500,00
1.2 Transferências Correntes	R\$	47.500,00

<u>2. RECEITAS DE CAPITAL</u>	R\$	4.000,00
2.1 Transferências de Capital	R\$	4.000,00
T O T A L	R\$	52.000,00

A nível de elemento, a despesa orçada para o exercício de 1998, está assim composta:

1. DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R\$	43.000,00
Despesas de Custeio	R\$	41.000,00
Pessoal	R\$	1.000,00
Material de Consumo	R\$	15.000,00
Serviços Terceiros e Encargos	R\$	25.000,00
Transferências Correntes	R\$	2.000,00
Transferência a Inst. Privadas	R\$	2.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	4.000,00
Investimentos	R\$	4.000,00
Equip. e Material Permanente	R\$	4.000,00
Reserva de Contingência	R\$	5.000,00
T O T A L	R\$	52.000,00

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a suplementar por ato do Executivo Municipal, as dotações que apresentarem deficiência no decorrer da execução orçamentária.

Art. 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada nesta Lei e realizar em qualquer mês do exercício Financeiro, Operações de Crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiência de caixa.

Único: Excluem-se desse limite, os Créditos Adicionais Suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no Exercício e aqueles decorrentes do disposto no artigo 5º desta Lei.

Art. 8º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os Governos Estadual e Federal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 9º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 1998 a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 10 de outubro de 1997.

MAURO JONCK
Prefeito Municipal